



## Em 21 estados, já há atraso ou parcelamento de salários

### Para governador do Piauí, sem ajuda da União, quadro se estenderia a todos os entes este ano

**BRASÍLIA** - O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), disse que 21 estados já estão atrasando ou parcelando salários de servidores por dificuldades financeiras. Segundo ele, sem a ajuda da União, esse quadro poderá se estender para todos os estados até o fim do ano. Dias e os governadores de Mato Grosso, Pedro Taques (PSDB), Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), e Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), se reuniram ontem com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, e com a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, para apresentar reivindicações.

Os estados querem receber R\$ 1,9 bilhão relativo ao Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) que ainda não foi pago. Parte desse montante é devida desde 2014. A outra se refere a 2016. Os governadores também pressionam o Tesouro a acelerar a autorização para que possam tomar R\$ 7 bilhões em empréstimos junto a bancos.

Dias, no entanto, deixou claro que a reunião frustrou as expectativas. Ele disse que, sem uma solução, os governadores poderão seguir o exemplo do Rio e decretar calamidade pública para adiar pagamentos sem sofrer sanções da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para o governador do Piauí, havia esperança de que a Fazenda definisse ontem a data para pagar o FEX e se posicionasse sobre a liberação de empréstimos, mas não houve nada de concreto:

— Viemos com expectativa de ter uma data, 10 ou 20 de outubro, para o pagamento do que é devido aos estados pela Lei Kandir (FEX). Mas a resposta foi que é preciso esperar. Em audiência pública da Co-

missão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Ana Paula afirmou que o Tesouro está disposto a conceder aval para que os estados tomem novos empréstimos junto a bancos, mas explicou que existe um limite anual para essas operações. Para 2016, o teto é de R\$ 20 bilhões, sendo que boa parte já foi comprometida. Por isso, afirmou a secretária do Tesouro, para que outros estados sejam beneficiados, é preciso haver realocação dos valores:

— O Ministério da Fazenda e o Tesouro têm condições de arbitrar os estados que estão na fila, que já requereram suas operações (de crédito). Se eles chegarem a um acordo e retirarem esses pedidos que estão na tramitação e entrarem coletivamente com um novo pedido, obviamente que a gente vai analisar essa nova forma. Eles próprios podem acertar a questão entre eles.

### MAIS SEGURANÇA NA REPATRIÇÃO

Ana Paula também afirmou que o projeto da repatriação é o que a União tem a oferecer como alternativa para reforçar o caixa dos governadores neste momento. Ela lembrou que 47% das receitas do Imposto de Renda (IR) são distribuídos via transferências constitucionais. Pela proposta da repatriação, os contribuintes terão de pagar 30% em IR e multa para regularizar ativos enviados ao exterior sem aviso ao Fisco.

A secretária defendeu que o projeto da repatriação não seja alterado pelo Congresso. Os parlamentares querem estender o prazo para a regularização dos ativos de 31 de outubro para 16 de novembro. Eles defendem, ainda, mudar a base sobre a qual a tributação vai incidir.

— Se houvesse uma segurança de que nada está sendo mudado (na repatriação), então já poderíamos estar recolhendo mais (as receitas). É o alívio que nós temos a oferecer no curto prazo — defendeu Ana Paula. ●